

Acordo Mercosul-UE é favorável para calçadistas

Pacto consolida um novo cenário para as exportações de calçados do Brasil

MICHEL POZZEBON

michel.pozzebon@gruposinos.com.br

A assinatura do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia (UE), formalizada no dia 17 de janeiro, no Paraguai, consolida um novo cenário para as exportações brasileiras de calçados ao bloco europeu. O texto havia sido aprovado provisoriamente pelos 27 países da UE em reunião realizada em Bruxelas, na Bélgica, e, com a assinatura, segue agora para os processos de internalização e ratificação pelos países signatários.

Para a indústria calçadista brasileira, o acordo é interpretado como um movimento estratégico em um contexto internacional marcado por instabilidades comerciais. Segundo o presidente-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), Haroldo Ferreira, “o acordo entre os blocos é um sinal em direção à cooperação internacional, sendo benéfico ao setor calçadista brasileiro”. Ele acrescenta que a iniciativa tende a fortalecer as cadeias de suprimentos, elevar o valor agregado dos produtos e produzir efeitos positivos sobre a competitividade da indústria nacional no mercado europeu.

Estudo de impacto divulgado pe-

lo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) projeta que, em um horizonte de 15 anos, as exportações brasileiras de calçados para a União Europeia poderão crescer mais de 62%. No mesmo período, a produção do setor pode registrar avanço de 3,2%, o maior ganho estimado entre os segmentos da indústria de transformação. “O acordo comercial tende a elevar a inserção e a competitividade dos calçados brasileiros em um mercado marcado pela forte presença asiática e por acordos já vigentes, como o firmado entre União Europeia e Vietnã”, avalia Ferreira.

Outro ponto ressaltado pela Abicalçados se refere às regras de origem, estabelecidas para evitar a triangulação de produtos provenientes de países fora do acordo. Para calçados de menor valor, será exigido conteúdo regional mínimo de 60%, considerando insumos e custos produtivos realizados na área do acordo, além da vedação ao uso de cabedais importados de países não participantes. A eliminação das tarifas de importação ocorrerá de forma gradual, em até dez anos, conforme a classificação tarifária de cada produto, com efeitos que passam a vigorar progressivamente a partir da entrada em vigor do acordo.



Haroldo Ferreira



FOTOS: ARQUIVO/GES

Pacto segue para processos de internalização dos países signatários

Mercado europeu

O bloco europeu importou, em 2024, 3,2 bilhões de pares que geraram US\$ 63,7 bilhões, sendo responsável por pouco mais de 40% das importações mundiais de calçados (ITC). As exportações brasileiras para o bloco registraram, em 2025, mais de 17,4 milhões de pares e US\$ 105,2 milhões, incrementos tanto em pares (+5,2%) quanto em receita (+0,1%) em relação a 2024.



Indústria calçadista considera que acordo é um “movimento estratégico”

DESGRAVAÇÃO EM DEZ ANOS

Ocorrerá em até dez anos a eliminação das tarifas de calçados importados pela UE. Hoje, as taxas ficam entre 3,5% e 17%. A desgravação tarifária (redução gradual ou eliminação dos impostos de importação) e as decorrentes vantagens competitivas para o Brasil, contudo, começam no momento em que o acordo entra em vigor e se ampliam de forma progressiva.

GANHOS SETORIAIS

O economista e articulista do Jornal Exclusivo, Orlando Asunção Fernandes, aponta que, além dos ganhos macroeconômicos, o acordo Mercosul e UE trará também ganhos setoriais. “O setor mais beneficiado será o agronegócio brasileiro, que terá aumento de produção de 2,0% ao ano, o equivalente a US\$ 11 bilhões. Do montante, 75% são dos setores de carnes (suíno e aves), pescado, óleos e gorduras vegetais e pecuária”, comenta.

Por outro lado, o especialista salienta que as maiores perdas com o acordo estão concentradas em alguns setores da indústria. “Todavia, mesmo neste setor, há atividades que serão beneficiadas e, entre elas, vale citar o setor coureiro-calçadista”, sustenta. Ele acrescenta que, com a redução de alíquotas médias de importação de 6,4% para 0,0% previstas no acordo, espera-se que o volume de vendas de calçados e artefatos de couro para a Europa “aumente significativamente, em especial, ainda mais, após o tarifação aplicada pelos americanos ao setor”.



Acordo traz horizonte positivo de expectativa para a indústria do couro

Setor coureiro

Para a indústria coureira nacional, o acordo Mercosul e UE traz um horizonte positivo de expectativa.

De acordo com o Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB), principal entidade de classe do setor coureiro no País, a UE é um importante mercado para as exportações de couro do Brasil, respondendo por cerca de 20% dos embarques anuais da matéria-prima em valores.

Em nota enviada ao Exclusivo, o CICB reitera que três países europeus

estão no top 10 dos principais destinos internacionais do couro brasileiro: Itália, Alemanha e Espanha.

A entidade de classe disse também que “acompanha a evolução do Acordo Comercial entre União Europeia e Mercosul” e que “os recentes desdobramentos, que abrem caminho para a assinatura do tratado e sua posterior ratificação, trazem um horizonte positivo de expectativa para a indústria brasileira até a confirmação oficial”.

Maior zona de livre comércio do mundo

O acordo comercial entre Mercosul e UE dá origem à maior zona de livre comércio do mundo — reúne 451 milhões de consumidores europeus e aproximadamente 300 milhões de sul-americanos. O pacto era negociado desde 1999.

Fernandes observa que a “pressão do governo Lula” e o avanço do protecionismo com o “tarifação” do governo Trump “pesaram na aprovação” do acordo. “Mesmo em detrimento às fortes pressões do agronegócio europeu, especialmente o francês, que mesmo contando com bilhões de euro em subsídios, não é páreo para o competitivo agronegócio brasileiro”, comenta.

O acordo com a UE é o maior já feito pelo Mercosul e abre ao Brasil um mercado de US\$ 22 trilhões, com impacto positivo sobre exportações estimado em US\$ 7 bilhões.

Segundo estudo do Ipea, o Brasil será o maior beneficiário deste acordo entre seus pares latino-americanos, devido a sua maior diversificação econômica.

“Até 2040 o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro terá um impacto positivo de 0,46%, em detrimento a 0,20% dos demais parceiros do Mercosul e de 0,06% da União Europeia como um todo”, cita o articulista do Exclusivo.

O economista avalia que os investimentos, gerados pelo acordo, devem crescer a razão de 1,49%, maior do que os 0,41% e 0,12% previstos, respectivamente, aos demais parceiros do Mercosul e ao conjunto da União Europeia.

“O comércio exterior brasileiro deve apresentar um crescimento real de 3% na quantidade produtos comercializados, oriundo tanto nas maiores vendas de nossos produtos para a União Europeia, como do barateamento de vários produtos europeus ao Brasil”, analisa Fernandes. Além disso, ele considera que o aumento projetado para a atividade econômica brasileira “deverá induzir um volume maior de investimentos realizados, bem como deverá estimular também a maior necessidade de mão-de-obra, o que levará, segundo o Ipea, ao aumento real do salário dos trabalhadores, estimado em aproximadamente 0,41% acima da inflação”.



Orlando Fernandes